

Militares são contra indenizar torturados

Proposta da Comissão dos Desaparecidos Políticos desagrada às Forças Armadas

BRASÍLIA — Fonte das Forças Armadas afirma que os militares, principalmente os do Exército, consideram inadmissível indenizar pessoas torturadas — ou seus familiares — durante o regime militar. A proposta foi apresentada esta semana pelo presidente da Comissão Especial

dos Desaparecidos Políticos, Miguel Reali Júnior.

Nos quartéis, avalia-se que a concessão desse benefício mexerá em questões que os militares consideram já encerradas com a Lei da Anistia. Além disso, os militares temem o efeito cascata que a medida poderia provocar. Acreditam que isso provocaria milhares de ações por parte de quem se considera prejudicado pelo regime militar.

O chefe de Gabinete do Ministério da Justiça e autor da lei que indeniza os familiares dos desaparecidos políti-

cos durante o regime militar, José Gregori, porém, não descarta a possibilidade de incluir os torturados na lista dos indenizados. Ele acredita que o debate da proposta agora é prematuro, antes que se concluam os julgamentos da comissão, mas acredita que, num segundo momento, esta e outras discussões serão encaradas sem paixão. Gregori acrescenta que em nenhum momento os militares fizeram pressão sobre a comissão.

A indenização de familiares dos militares mortos em combate, como pre-

tende a família do ex-capitão Carlos Lamarca, também é contestada pelas Forças Armadas. "Eles já são amparados pelo Exército", disse um oficial, lembrando que a própria família do ex-capitão já vem sendo protegida.

Para os militares, embora Lamarca seja desertor, um criminoso, a sua família não tem culpa disso e precisa ter meios de sobreviver. Por isso mesmo, desde 1984 já recebe pensão mensal de cerca de R\$ 2 mil. Até hoje, a família de Lamarca já recebeu R\$ 290 mil do Exército.